

Escola pública. Para todos?

Estimativa preliminar da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos da Rede Pública e Privada, fundamentada em dados dos últimos dois meses, aponta crescimento da ordem de 11% na transferência de alunos da rede particular para a pública. O fato, que não é novo, agrava situação há muito preocupante. A falência do ensino público paulista não é só de qualidade, mas também, ou principalmente, de quantidade: há um déficit crônico de vagas, o espaço físico construído está muito aquém do necessário, sem que se lembre a pior das evidências: não há professores disponíveis. Despreparado para enfrentar os milhares de matrículas que se poderiam chamar de "naturais" de cada ano, o ensino público deve agora enfrentar a migração dos filhos da classe média, esgotada em termos econômicos, assustada com as perspectivas de futuro. Uma parte já não pode pagar a mensalidade, outra teme não poder fazê-lo já nos próximos meses.

Um relatório do ex-secretário-adjunto de Educação do Estado, Antônio de Souza Teixeira Jr., datado de maio de 1989, revelava que 40,3% das escolas estaduais da Grande São Paulo já funcionavam com mais alunos do que poderiam atender. Esse eufemismo do linguajar administrativo significa que algumas escolas dessas áreas chegam a ter sete

turnos diários, quando o ideal é três. O motivo do absurdo não deve ser procurado fora das razões de sempre: as orçamentárias. O governo Quêrcia, desde o primeiro ano de sua administração, reduziu a fatia orçamentária da Educação, o que explica na verdade, por exemplo, o fato de não se ter construído, nos oito primeiros meses de 1989, nenhuma sala de aula em São Paulo. Nada é muito diferente no âmbito municipal; não se constroem salas, acomodando-se o crescimento da clientela no aumento das chamadas "classes comunitárias" — "emprestadas" por entidades, como igrejas. A própria Secretaria Municipal de Educação de São Paulo não esconde que suas "classes comunitárias" somavam 132, em 1989, chegando a 501 no ano passado.

O ensino público desconhece o significado da palavra planejamento, especialmente com relação à rede física. Deverá o pai, que paga religiosamente seus impostos e viu seu poder aquisitivo destruído nos últimos anos, diante da placa "Não há vagas", da escola pública, pensar primeiro na brutal elevação do IPTU forjada pela administração "dos trabalhadores" ou lembrar-se de que o atual governo estadual preferiu construir "mil quilômetros" de estradas para que ninguém notasse as muitas salas de aula que não fez?